

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015**

2 **Data:** 13 de maio de 2015

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório SPPREV – Rua Bela Cintra, 657 – Bloco B – 1º andar

5 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6 **SEGMENTO ESTADO**

7	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
8	Carlos Eduardo G. Nascimento	EMAE
9	Cláudia Helena Leite	EMPLASA
10	Eduardo Trani	Secretaria do Meio Ambiente
11	Gerson Salviano Almeida Filho	IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
12	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
13	Lauro Kuester Marin	Secretaria da Fazenda
14	Leila Tehdrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
15	Luiz Sérgio Ozório Valentim	Secretaria da Saúde
16	Marcelo Poci Bandeira	Sec. de Logística e Transportes/Dep. Hidroviário
17	Ruy Waldemar Sellmer	DAEE
18	Seica Ono	DAEE
19	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria Estadual de Educação
20	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
21	Vania Rodrigues	SABESP (p/ Silvio Siqueira)

22 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

23	Antônio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
24	Prefeito Benedito Rafael da Silva	Salesópolis
25	Carlos Marx Alves	Osasco
26	Elisangela Martins	Jandira
27	José Soares Marcondes	Embu Guaçu
28	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
29	João Ricardo Guimarães Caetano	São Bernardo do Campo
30	Karin Kelly da Silva	Ribeirão Pires
31	Letícia de Fátima Moraes	Suzano
32	Magner Alandey Dantas da Silva	Santo André
33	Marcos Antônio Dantas Moura	Barueri
34	Ricardo Carlos Gaspar	São Paulo
35	Solange Wuof F. Ribeiro	Salesópolis
36	Vanessa C. D. Apolinário	Santana de Parnaíba

37 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

38	Daniel Rodrigues Lourenço	Assoc. dos Eng. e Arq. de Itapeverica da Serra
39	Denis Duck	SASP
40	Edésio Gersel Brancatti Rocca	Serv. Nac. Aprendizagem Industrial - SENAI

41	Francisca Adalgisa da Silva	APU
42	Francisco de Assis Ramalho Além	CIESP – São Paulo
43	Gilmar Cícero Altamirano	UNIAGUA
44	José Roberto Terassi	ACISE
45	Juliana G. Monteiro	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes (p/ Renato Abdo)
46	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
47	Luiz Souza Lima da Silva Carvalho	Sind. Ind. Extr. Areia do Est. SP - SINDAREIA
48	Reynaldo Young	AESabesp
49	Sandro de Oliveira Chagas	CIESP – Guarulhos
50	Sidnei Roberto Lima	SINDIPEDRAS
51	Silene Bueno de Godoy Purificação	Centro Univ. SENAC
52	Virgílio Alcides de Faria	MDV – Movimento em Defesa da Vida
53	Wilson R. L. Pereira	CPMAO (p/ Lídia Vicente)

54

55 **CONVIDADOS PERMANENTES**

56	Arnaldo Pereira da Silva	CREA
----	--------------------------	------

57 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

58	Celso A. Pacheco Fiorillo	OAB-SP
59	Claudete Hahn	Fundação Florestal
60	Cristiane Cortez	FecomercioSP
61	Fernanda Santana	Fundação Florestal
62	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
63	Regina Célia Martinez	OAB-SP
64	Roberto Kachel	Universidade de Mogi das Cruzes

65 **1. Abertura:** O Presidente, Sr. Benedito Rafael da Silva, abriu a reunião em segunda chamada,
 66 após constatar a existência de *quórum*. **2. Leitura, discussão e votação da ata da 2ª**
 67 **Reunião Plenária Ordinária de 2015, de 31/03/2015.** A ata foi aprovada com a correção da
 68 linha 53, cujo nome correto da entidade é: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e não
 69 Centro Universitário SENAI. **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia:** Convidado pelo
 70 Presidente, o Sr. Rui Brasil, Coordenador de Recursos Hídricos da Secretaria de Saneamento
 71 e Recursos Hídricos, se manifesta explicando que em breve será concluída a licitação que a
 72 FABHAT está conduzindo para a revisão do Plano na Bacia do Alto Tietê e que também, mais
 73 adiante, haverá na Coordenadoria uma revisão completa do funcionamento do FEHIDRO, para
 74 que ele seja mais ágil, pois é um instrumento importante. Concluiu colocando-se à disposição.
 75 O Sr. Amauri Pollachi, Secretário CBH-AT, comunica os expedientes recebidos na Secretaria
 76 Executiva e destaca: i) solicitações do Ministério Público para envio da ata da reunião de março
 77 e documentos relacionados à qualidade da água no Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT; ii)
 78 Envio de Ofício do CBH-AT à Secretaria do Meio Ambiente solicitando a prorrogação do prazo
 79 para a emissão das manifestações relativas às consultas ambientais; iii) Recebimento do
 80 Relatório Crise Hídrica, Estratégias e Soluções da SABESP na Região Metropolitana de São
 81 Paulo, encaminhado pelo Presidente da SABESP, Jerson Kelman, que já foi divulgado para
 82 consulta e download no site do Comitê; iv) Informação a respeito da transferência de recursos
 83 de custeio de cobrança pelo uso dos recursos hídricos para a Fundação Agência de Bacia do
 84 Alto Tietê; e v) Ofício do Movimento em Defesa da Vida solicitando algumas ações por parte

85 deste Comitê, o qual já foi respondido. O Sr. Roberto Terassi manifesta-se sobre um dos
86 expedientes, uma denúncia pela Sociedade Ecológica Amigos de Embu, a qual é vazia, pois a
87 Prefeitura de Embu das Artes está fazendo uma manutenção na via pública e não procede
88 essa denúncia. **4. Informações da Diretoria:** O Vice-presidente, Sr. Francisco Além, declinou
89 da palavra nesse momento. Sr. Amauri informou sobre as reuniões de instalação das Câmaras
90 Técnicas. Nesse período, a CTGI realizou 2 reuniões. A CTPA terá sua primeira reunião da
91 gestão em 19/05, na FABHAT, e discutirá sobre a atuação dos Grupos de Trabalho ligados à
92 ela. A CTMH está previamente agendada para o dia 26/05, a confirmar. Também solicitou a
93 todos os membros do Comitê que ainda não fizeram indicação dos seus representantes para o
94 Plenário, Subcomitês, CT's, GT's, inclusive para os conselhos da FABHAT, que o façam,
95 permitindo o início dos trabalhos. **5. Apresentação pela SABESP sobre a transposição das**
96 **águas entre as sub-bacias Billings e Alto Tietê Cabeceiras – Interligação entre os**
97 **Sistemas Rio Grande e Alto Tietê:** o Sr. Guilherme Machado Paixão, Superintendente de
98 Gestão de Empreendimentos da Sabesp, apresenta a obra de bombeamento de 4 m³/s do Rio
99 Grande para a represa Taiapuê, onde, na realidade, os 4m³/s serão transferidos do Rio
100 Pequeno para o Rio Grande e, posteriormente, para o Sistema Alto Tietê. Mostra em gráficos
101 as aflúncias dos sistemas Cantareira, Alto Tietê e Rio Grande. Explica detalhadamente a
102 captação do Rio Grande, a área prevista para equipamentos elétricos, canaletas de cabos
103 elétricos, tubos de PEAD que serão colocados em “desfile”, moto bombas flutuantes, poço
104 subaquático. Informou que, inicialmente, os 4m³/s seriam retirados do corpo central da Billings
105 para o braço do Rio Grande. “Nunca tivemos tanta solicitação de informação, mesmo a nossa
106 área de obras, em função disso”. Sem entrar no mérito da qualidade da água, pois sua área
107 não é responsável, explicou que essa alternativa foi descartada. Posteriormente, identificaram
108 um ponto no braço do Rio Grande que seria o melhor caminhamento para levar as águas para
109 a represa Taiapuê ou em algum ponto próximo da mesma que pudesse fazer o lançamento
110 de 4m³/s para o Sistema Alto Tietê. Estudaram alternativas de utilizar a estrada Índio Tibiriçá,
111 mas, a dificuldade maior seriam os custos para a implantação. A solução então para o
112 bombeamento foi definida com a captação em um ponto específico do braço do Rio Grande,
113 passando por áreas de várzeas e pântanos, sem que tivesse uma intervenção significativa do
114 ponto de vista ambiental e técnico. Identificaram, em um trecho, uma faixa de servidão da
115 Petrobrás com quase 5km e 30m de largura, onde a Petrobrás utiliza apenas o extremo direito
116 da faixa com uma tubulação de gás. O desnível e a altura a serem vencidos com o uso dessa
117 faixa não são os dos melhores, mas, é o caminho mais fácil para fazerem a instalação da
118 adutora porque já está aberto. Após estudos, concluiu-se que serão 10,5km de adutora,
119 composta por 2 tubulações paralelas de 1.200mm de diâmetro, em PEAD (Polietileno de Alta
120 Densidade). O Sr. Guilherme exibiu um filme explicativo, que também se encontra no site da
121 SABESP, o qual mostra o caminho a ser percorrido pelas tubulações, do Rio Grande até a
122 Estrada Pouso Alegre, ponto de lançamento no Taiapuê-Mirim, aonde as águas seguirão
123 até a represa Taiapuê, local em que fica a estação de tratamento de água do Sistema Alto
124 Tietê. Prontificou-se a esclarecer dúvidas, abrindo então para perguntas. O Sr. Virgílio (MDV)
125 se manifesta dizendo ter preocupação com relação à tramitação, pois, por dever de ofício, cabe
126 ao Comitê e Subcomitê, como instância consultiva e deliberativa, manifestar-se sobre assuntos
127 de pertinência à Bacia do Alto Tietê e também não sabe se a obra está licenciada e pede
128 esclarecimentos. O Sr. Marco Palermo (SP Urbanismo) tem dúvidas em relação à função da
129 vazão média regularizada pelo sistema, se existe e qual seria essa garantia de abastecimento.
130 Se a obra está contratada, qual é a empresa contratada, o prazo de conclusão prevista em
131 contrato e o valor. O Sr. Guilherme esclarece que a Sabesp não cometerá o equívoco de

132 iniciar a obra sem as devidas autorizações e licenciamento e que a CETESB concedeu a LP e
133 a LI e quanto à questão de passar ou não pelo Comitê, pede desculpas, por desconhecer os
134 procedimentos. Diz ainda que o que pode ou não ser liberado de vazão vai ser uma tratativa
135 com o órgão competente, no caso a EMAE, o que estão fazendo é deixando instalado um
136 sistema cujas obras não são estruturantes. Quanto ao prazo, hoje não poderia assegurar e
137 quanto à empresa contratada, o que foi possível executar com mão de obra própria, assim foi
138 feito. Explica ainda que a maioria dos equipamentos que serão utilizados, principalmente
139 bombas, serão as que já existem em outras estações da SABESP. A contratação foi
140 emergencial, fizeram todo o processo de cotação de empresas junto ao mercado, as
141 comparações com preço disponibilizado, dentro do banco de preço SABESP, processo esse
142 sempre acompanhado por vários gerentes. Foi pedido também desconto em cima do que foi
143 apresentado, que é uma obrigação do gestor público. As empresas foram a DP Barros no
144 trecho aquático e a JOFEGE no trecho terrestre. As obras foram iniciadas efetivamente no dia
145 1º de maio. Os valores envolvidos em todo o processo saem por volta de 130 milhões. O prazo
146 contratual vai até setembro e o grande desafio é fazer a obra em 4 meses. A Sra. Karin
147 (Ribeirão Pires) disse que recebeu um documento da Sabesp solicitando a desapropriação de
148 duas áreas da cidade, que precisariam se tornar utilidade pública para as que as obras
149 acontecessem, e desde então o município tem solicitado à Sabesp o projeto executivo da obra
150 para que tomassem conhecimento do que seria realizado no município, mas, até o momento
151 não tiveram retorno. Diz também que não ficou claro se na Estrada do Pouso Alegre vai ter o
152 primeiro ponto de descarga e outro mais pra frente ou a água será lançada somente ali. Solicita
153 saber se tem um estudo desse primeiro ponto de descarte. O Sr. João Ricardo (São Bernardo
154 do Campo) solicita informação de quando as licenças ambientais foram solicitadas pela Sabesp
155 e emitidas pela CETESB e que estranhou o órgão licenciador estadual não consultar o órgão
156 licenciador municipal, tendo em vista que a obra está no território do município. No caso de
157 São Bernardo, essa formalidade não foi cumprida e parece que a Prefeitura de Ribeirão Pires
158 também não deve ter sido chamada a exercer a sua prerrogativa legal de se manifestar sobre
159 uma obra que está em seu território. Havia a previsão da remoção de certa vazão do braço do
160 Rio Pequeno com o barramento na altura da Rodovia Anchieta. Questiona o porquê que o
161 barramento era necessário em projetos anteriores e deixou de ser necessário agora. Sobre o
162 relatório “Crise Hídrica, Estratégia e Soluções da Sabesp para a RMSP”, enviado pela Sabesp
163 ao Comitê, diz que é impossível prover qualquer tipo de abastecimento emergencial por
164 caminhões pipa, diz que tem uma série de outras edificações com usos múltiplos, órgãos
165 públicos, escolas, clínicas, ambulatórios, centros de acolhidas, albergues, alojamentos etc.,
166 onde não há viabilidade técnica de se manter o abastecimento individual e de forma
167 ininterrupta para esses casos. Sobre os pontos prioritários citados no relatório, diz que as
168 prefeituras pediram a instalação do Comitê de Crise justamente para conhecer estes pontos e
169 pudessem dizer à Sabesp se falta algum ponto importante no território da sua cidade. “O
170 Comitê de Crise foi montado exclusivamente para que as prefeituras conhecessem o Plano da
171 Sabesp”. A este Comitê de Bacia não está sendo dada a oportunidade e o direito de conhecer
172 o que a Sabesp está projetando e poder fazer a discussão de avaliação. O Sr. Guilherme,
173 respondendo a Karin, diz não ter qualquer empecilho, orientação ou estratégia por parte da
174 Sabesp de esconder qualquer coisa relativa a esse projeto, se colocando à disposição para
175 quaisquer informações que possa ter. Que é uma obra complexa, entende a preocupação de
176 todos, mas se for realmente seguir critérios, descaracteriza a emergência da obra. Sra. Karin
177 diz que não foram consultados e pode ser que houve uma falha de comunicação no
178 encaminhamento da documentação que mandaram para a Sabesp, mas não tiveram resposta

179 e necessitam dessa informação. Sr. Guilherme explica que o mesmo documento encaminhado
180 para a Prefeitura de Ribeirão Pires, com os mesmos dizeres, foram encaminhados para a
181 Prefeitura de Rio Grande da Serra também. Diz que a Sabesp já tinha projeto de utilização do
182 Rio Pequeno, depois de 45 dias é que foi ventilada a possibilidade, numa reunião na CETESB,
183 onde foi possível uma percepção clara da possibilidade de se utilizar o Rio Pequeno e que isso
184 foi desenvolvido, seguindo exatamente o que foi solicitado. Não será iniciada essa obra sem a
185 manifestação do Instituto Florestal e que obviamente isso será providenciado; porém os
186 aspectos relativos ao Rio Pequeno para o Rio Grande têm maiores exigências, não tem ainda
187 Licença de Operação. Agora está se falando de disponibilidade de água em Mananciais, então
188 a barragem não vai ser executada nesse momento. O Sr. João coloca a preocupação desse
189 Comitê com a qualidade da água que está sendo oferecida para a população. O Sr. Guilherme
190 explica que isso foi iniciado em fevereiro, a obtenção da Licença Prévia de instalação foi no
191 último dia do mês de abril e que as exigências feitas pela CETESB garantem que tenham
192 bastantes aspectos rigorosos para cumprimento disso. Deixou claro que todos os ritos legais
193 estão sendo cumpridos e que as ações realizadas estão sendo transparentes. Colocou-se à
194 disposição de todos para esclarecimento de detalhes técnicos. É sugerido que sejam
195 convidados os representantes dos municípios envolvidos e os coordenadores da CTPA e GT
196 Consultas Ambientais, para fazer uma apresentação semelhante a essa, apresentando os
197 documentos que já têm para esclarecimentos. O Senhor Presidente comenta que o que falta e
198 está sendo cobrado, é um representante do Comitê da Bacia do Alto Tietê nesse Comitê da
199 Crise Hídrica e que deverá ser incluído nele também, o representante do Comitê da Bacia do
200 PCJ para acompanhar as ações emergenciais que precisem ser tomadas. O Sr. Virgílio (MDV)
201 diz que o Comitê Alto Tietê deve avocar para si o seu direito legal e constitucional de discutir e
202 se manifestar sobre assuntos como este. Que o Decreto que criou o Comitê de Crise Hídrica
203 criou um sistema paralelo de Recursos Hídricos em afronta ao Sistema Estadual de Recursos
204 Hídricos. O Sr. Rui Brasil explica que o Relatório que a Sabesp disponibilizou ao Comitê não é
205 o Plano de Contingência (este ainda está sendo elaborado), são contribuições que ela fez
206 sobre a crise hídrica, e não concorda com as colocações do Sr. Virgílio, em sua interpretação,
207 porque o Comitê é apenas consultivo e deliberativo nos termos da lei. A representação do
208 Comitê é um canal de informação, mas em sua representatividade, o Presidente só fala em
209 nome do Comitê, se isso for aqui deliberado. Então tem que ser revisto esse mecanismo de
210 representação, para poder correr atrás daquilo que tem que ser feito aqui. Ficou decidido
211 encaminhar ofício à CETESB solicitando informações a respeito do licenciamento da obra Rio
212 Grande para Taiaçupeba. **6 - Assuntos a Deliberar: 6.1 - Deliberação CBH-AT nº 09/2015:**
213 **aprova critérios de hierarquização de empreendimentos para indicações ao FEHIDRO e**
214 **estabelece o calendário do processo de 2015:** Sr. Edésio Rocca, Coordenador da CTGI, fez
215 a apresentação da minuta que foi aprovada por unanimidade. **6.2 - Deliberação CBH-AT nº**
216 **10/2015: estabelece critérios para numeração das manifestações do CBH:** aprovada por
217 unanimidade com a devida correção no artigo 2º “entra em vigor a partir da data de sua
218 publicação” e não “data de aprovação”, observação válida para aplicação em todas as futuras
219 deliberações. **7. Outros assuntos:** Sr. João Ramos (Embu das Artes) discorreu a respeito da
220 revisão da Lei 12.233, APRM-G. Como a revisão desta lei resultou em mais de 50% de
221 alterações, a ideia é que se faça alteração na própria Lei 9.866. Para isso, é preciso o
222 encaminhamento do Comitê para o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e a
223 Secretária de Meio Ambiente, para que possa pensar em algumas resoluções conjuntas para
224 resolver esta questão. O Sr. Amauri sugere ao Sr. João Ramos a proposição à Secretaria do
225 Comitê de um texto de minuta de ofício a ser encaminhado aos Secretários de Saneamento e

226 Recursos Hídricos e de Meio Ambiente, para somar esforços, sem prejuízo de discutir isso na
227 próxima pauta. O Sr. Trani, da Secretaria do Meio Ambiente, em nome do Ricardo Araújo e da
228 Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, informa que foi contratado o PDPA, sob
229 responsabilidade da UGP/SSRH, para todas as áreas de mananciais da Bacia. O trabalho foi
230 iniciado, com parceria da CPLA/SMA e CETESB, e sob sugestão do Amauri, será levado para
231 a próxima reunião da Câmara Técnica de Planejamento. As duas Secretarias coordenam o
232 trabalho, do ponto de vista técnico, e o Comitê, por meio da Câmara Técnica, deverá ser o
233 agente promotor. A meta de entrega é de 18 meses. O Sr. Arnaldo (CREA) se pronuncia
234 dizendo que hoje está muito feliz porque se sente um pouco como pai do sistema estadual de
235 recursos hídricos. Avisa que tem que se pensar no todo, não somente no individual, pois a
236 participação tem um objetivo muito mais amplo do que isso. Que hoje vê, com grande
237 satisfação, que o sistema por eles imaginado, pelo menos em tese, apareceu e está dando seu
238 resultado. Ouvia que o Comitê tem certas atribuições, que não eram as que imaginavam no
239 começo, mas é indispensável que participem dessa solução, que cada município traga os seus
240 problemas e vejam se aquilo que está sendo pensado tem a possibilidade de atender em
241 termos de recursos hídricos e o que ele necessita. E também não querer decidir aquilo que o
242 Governo deve ou não fazer para resolver os problemas, que são conjunturais do Estado.
243 Então, às vezes uma opinião exacerbada exagera no papel do Comitê de Bacia. A Sra.
244 Francisca (APU) faz uma solicitação de que o relatório que foi apresentado pela SABESP fosse
245 analisado por esse Comitê, pelas Câmaras Técnicas e se houvesse algum questionamento a
246 mais, se poderia convidar novamente a SABESP para fazer um esclarecimento de dúvidas. O
247 Sr. Virgílio traz a preocupação com relação ao Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da
248 Bacia Hidrográfica do Alto Tietê porque estão com 2 relatórios pendentes, o de 2014 teria que
249 ser aprovado em 31/03/2014 e o de 2015 em 31/03/2015. O Sr. Piza, da FABHAT, esclarece
250 que só podem fazer o Relatório de Situação com as informações disponíveis e as informações
251 do ano de 2013 demoram para serem tabuladas e isso ocorre até o primeiro semestre do ano
252 seguinte, por isso essa defasagem. E que no site da FABHAT ou do Comitê estão disponíveis
253 todas as informações dos últimos anos. Diz ainda que não se consegue colocar um dado sem
254 informação, nem gerar um relatório com informações incompletas, por isso o Relatório sairá no
255 final do ano. O Senhor Presidente comunica que a reunião do Comitê para deliberar sobre os
256 empreendimentos FEHIDRO será no dia 16/07. Agradece e encerra a reunião. Esta ata
257 constitui o resumo dos registros taquigráficos da reunião e foi elaborada pela taquígrafa Márcia
258 Reis.